

Sessão Pública de Apresentação de Ofertas 4º Ciclo da Oferta Permanente de Concessão

Data: 13/12/2023

Pronunciamento do Diretor-Geral da ANP, Rodolfo Saboia

Muito bom dia a todos.

Gostaria de, inicialmente, cumprimentar os demais membros da Diretora Colegiada, o representante do Ministério de Minas e Energia (MME), Diretor Rafael Bastos, e todos que nos acompanham presencialmente ou pela internet.

Hoje, realizamos uma sessão pública inédita. Pela primeira vez, teremos no mesmo dia tanto um ciclo da Oferta Permanente de Concessão, com 33 setores para os quais empresas de E&P apresentaram declarações de interesse acompanhadas de garantia de oferta, quanto um ciclo da Oferta Permanente de Partilha, com cinco blocos na mesma condição.

Ofertaremos, portanto, áreas de norte a sul do Brasil, em terra e mar, além do pré-sal e da área de acumulação marginal de Japiim. Isso significa oportunidades, de um lado, para empresas de todos os portes e perfis e, de outro, para que a sociedade possa se beneficiar diretamente da geração de empregos e riqueza proporcionada pela atividade petrolífera.

Para o Brasil, a contratação de novas áreas para exploração significa um passo muito importante para evitar a queda da nossa produção já a partir do início da próxima década.

A necessidade de manter a exploração e a produção de petróleo nacional pode parecer uma contradição com o momento que vivemos atualmente no mundo. A transição energética é uma realidade inexorável. E, o Brasil, por já ter uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo e por todo o seu potencial na produção de energias renováveis, está muito bem posicionado para enfrentar esses desafios e colher os benefícios econômicos advindos desse processo. Desde o ano de 2020, já evitamos a emissão de 133 milhões de toneladas de CO₂ equivalente apenas por meio do uso de biocombustíveis, como certificado pelo programa RenovaBio.

Por que, então, falamos da importância de mantermos a produção de petróleo e gás natural no Brasil?

Ocorre que a transição energética não se completará imediatamente e não será barata. Trata-se da primeira vez na história em que a mudança da fonte primária de energia é impulsionada não pela eficiência econômica, mas por um imperativo ambiental. Haverá pesados custos associados ao estabelecimento de toda uma nova infraestrutura ainda inexistente em grande parte. Há, também, desafios tecnológicos ainda não superados associados à sazonalidade de fontes como a eólica e a solar e à substituição do petróleo na indústria petroquímica, fundamental para a confecção de uma ampla gama de produtos largamente utilizados no nosso cotidiano.

Embora todos esses desafios precisem e devam ser superados, o fato é que a dependência que o Brasil e o mundo têm do petróleo e do gás não será eliminada em 5 ou 10 anos. Se deixarmos de realizar eventos como este, o que teremos na próxima década não será o fim do uso do petróleo no Brasil, mas o retorno à dependência externa de outros países produtores.

No ano passado, a exportação de petróleo foi o segundo item mais importante da pauta brasileira. Foram US\$ 42,5 bilhões exportados, com saldo superior a US\$ 30 bilhões, quando descontadas as importações necessárias para a dieta das nossas refinarias. Quer dizer, quase metade do saldo da balança comercial brasileira advém exclusivamente do petróleo exportado.

Também no ano passado, apenas em royalties e participações especiais, foram arrecadados e distribuídos cerca de R\$ 118 bilhões para a União, estados e municípios. Apenas como referência, esse valor aproxima-se a todo o orçamento da pasta de Educação do governo federal no mesmo ano.

A indústria do petróleo, portanto, contribui de forma decisiva para a estabilidade macroeconômica do País, fundamental ao crescimento econômico e à geração de empregos, e para a arrecadação de recursos essenciais para a execução de políticas públicas para a educação, saúde, segurança pública e redução da pobreza e, inclusive, para financiar a própria transição energética.

Além disso, a produção de petróleo no Brasil tem uma pegada de carbono inferior à média global, contribuindo para menores emissões de gases de efeito estufa no mundo.

É por isso que eu quero enfatizar mais uma vez que a contradição entre realizarmos um leilão no dia de hoje e focarmos na transição energética é apenas aparente, pois a eventual paralisação da atividade petrolífera no Brasil não contribuiria para a redução da dependência do petróleo nem para a mitigação das mudanças climáticas, mas apenas nos tornaria mais pobres, mais dependentes de outros países que continuarão produzindo com pegadas de carbono mais intensas do que a nossa, e menos capazes de investirmos em tecnologias verdes.

Na ANP, nos dedicamos intensamente aos temas ambientais, no limite das nossas competências. Este ano, por exemplo, reestruturamos a coordenadoria de meio ambiente, unindo-a à área de pesquisa e desenvolvimento para formar a Superintendência de Tecnologia e Meio Ambiente; iniciamos estudos para estimular a captura de carbono; contribuímos para o Programa Nacional do Hidrogênio; e passamos a monitorar e publicar os dados de emissões de gases de efeito estufa em todos os contratos de exploração e produção de petróleo no Brasil.

Para as áreas incluídas nesta oferta permanente, consultamos, como sempre fizemos, todos os órgãos ambientais estaduais competentes, o Ibama, a Funai e o ICMBio antes de submetermos essas áreas à aprovação conjunta dos Ministérios de Minas e Energia e do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Todavia, a análise pormenorizada de cada atividade no âmbito do licenciamento ambiental, item obrigatório e fundamental, aliado à rigorosa regulação e fiscalização da segurança operacional pela ANP, nos dá a segurança de que manteremos o mais elevado padrão de proteção à vida e ao meio ambiente que caracteriza a atividade petrolífera no Brasil.

Portanto, é com plena confiança no trabalho realizado pela ANP em prol do Brasil que daremos início em breve às sessões públicas do 4º ciclo da Oferta Permanente de Concessão e do 2º ciclo da Oferta Permanente de Partilha, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do País e da sociedade brasileira.

Desejo muito boa sorte a todas as empresas licitantes, e agradeço imensamente aos membros da Comissão Especial de Licitações, às equipes do Ministérios de Minas e Energia e do Meio Ambiente e Mudança do Clima, dos órgãos ambientais estaduais, do Ibama, da Funai do ICMBio, da Advocacia-Geral da União, da ANP e a todos que contribuíram para a realização deste evento.

Muito obrigado!